

Omc-P4



Os apuros do relator

29 AGO 1987

O deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), relator da poderosa Comissão de Sistematização da Assembléia Constituinte, assumiu uma curiosa postura, ao se investir na função: pretendeu, em seu relatório, agradar a todos, encontrando um meio termo entre as posições antagônicas dos partidos e facções ideológicas. Não conseguiu. De certa forma, alcançou o inverso: desagradou a todos.

Na questão do parlamentarismo, por exemplo, quis ficar numa posição intermediária entre a postura presidencialista do Palácio do Planalto e o anseio da maioria dos constituintes, que quer o regime de Gabinete. Propôs, então, a adoção do parlamentarismo para após o Governo Sarney. Isto é, em homenagem ao atual presidente, a

futura Constituinte já começaria casuística: aditaria a vigência de um de seus dispositivos. O truque não deu certo, os dois lados protestaram e Cabral acabou cedendo aos argumentos parlamentaristas.

A seguir, novo atrito — desta vez com as Forças Armadas, em torno da proposta de anistia aos militares, com indenização total. O ministro do Exército, Leônidas Pires Gonçalves, aproveitou a reunião ministerial de anteontem para lavrar o protesto da corporação e condenar os termos finais do anteprojeto de Cabral.

Ontem, o relator constata que a anistia não agradara também aos casados. E concluiu: "Se desagradado aos dois lados é porque estou certo". Não explicou porque.